

1 **15ª Ata da Reunião Ordinária do CMS** – Ao décimo quinto dia do mês de agosto de dois mil
2 e vinte e três, às dezoito horas e quinze minutos, na sala de reuniões, situada à Rua: Balduino
3 Taques, 445, Centro, presencial, presentes os Conselheiros Titulares: Renata Moraes,
4 Valfredo Laco Dzazio, José dos Passos Neto, Cleverson Deocleciano de Toledo, Luís Pereira
5 dos Santos, João Luiz dos Santos, Sérgio Ferreira Doszanet, Ana Caetano Pinto, Gizelle
6 Aparecida Cheremeta e José Timóteo Vasconcellos Sobrinho. Conselheiros Suplentes: Maria
7 Aparecida da Costa Silva, Simone Monçalves, Débora Lee Comassetto Machado, Adriana
8 Antunes dos Santos e Rosângela Rigoni. Participantes: Cláudia Ap^a de Lara Martins, Juliane
9 Gibala Carrico e Alexandre Costa Basso. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta abre à
10 reunião às 18 horas e 30 minutos saudando todos os presentes. Faz a leitura da Pauta: **1.**
11 **Leitura e Aprovação da ata: 13ª Ata da reunião ordinária. 2. Relatos Gerais das**
12 **Comissões. 3. Informes Gerais. 4. Ordem do dia. 4.1. Hospital Bom Jesus -**
13 **Apresentação e prestação de contas referente a aquisição de materiais permanentes.**
14 **4.2. Criação da Comissão do Trabalhador (a). 4.3. Apresentação sobre a campanha Maio**
15 **Furta-cor. 1. Leitura e Aprovação da ata: 13ª Ata da reunião ordinária.** A Presidente
16 Gizelle Aparecida Cheremeta adia o Ponto de Pauta, por não haver quórum para o regime de
17 votação e aprovação da ata. **2. Relatos Gerais das Comissões.** A Presidente Gizelle
18 Aparecida Cheremeta passa o Ponto de Pauta, pois cita que nenhuma comissão se reuniu. **3.**
19 **Informes Gerais.** O conselheiro Valfredo Laco Dzazio se pronuncia, relata 01 (um) caso de
20 que deixou documentos referentes à cirurgia de uma pessoa na Prefeitura, e que estes
21 ficaram no local por quase 20 (vinte) dias, e que aceitou que a Prefeitura não poderia fazer
22 nada, e o caso foi encaminhado para a 3ª Regional de Saúde, e lá foi informado que não era o
23 local para se resolver o problema, e que então foi levado o caso para o CME, mas nesse dia
24 em questão havia jogo da seleção feminina brasileira na Copa do Mundo de futebol, e que
25 durante o período da manhã não haveria expediente, o mesmo só começando a partir do
26 12h00; relata que neste dia havia pessoas retornando para buscar exames de regiões
27 distantes da cidade, mas que mesmo no CME é dito que o problema não se resolve com eles,
28 e pede-se que se dirija à regulação para discutir, e depois na Ouvidoria, e analisa-se o pedido,
29 no código azul, cirurgia eletiva, na classificação 413º, e cita que o sistema só possui 02 (dois)
30 ortopedistas da Prefeitura. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta cita que são 03 (três),
31 mas o conselheiro informa que 01 (um) pediu PDV, e relata problemas que ao chegar para a
32 família pedem que seja trocado o código de azul para amarelo, através da consulta na
33 Unidade de Saúde, mas cita que não irão conseguir, e explica que quer dizer com relação ao
34 que pode ser feito em benefício das pessoas que precisam do auxílio do conselho e do poder
35 público. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta cita que há a Comissão de Atenção
36 Primária, Fiscalização e Denúncias, que relata o conselheiro ser membro (fato que é
37 concordado pelo conselheiro), e expõe que o coordenador da comissão, conselheiro Luís
38 Pereira dos Santos, irá convocar uma reunião, e acredita que o assunto possa ser mais
39 detalhado nessa reunião, e informa que há 01(um) e-mail dessa mesma comissão onde pode
40 ser encaminhamento todas essas denúncias e pedidos de informação para o município, e que
41 é praxe do conselho solicitar a informação para o(a) conselheiro(a); através do SEI, o
42 município responde, e é feito o comparativo com o que está acontecendo, e relata que todas
43 as segundas-feiras estão sendo realizadas visitas a todos os departamentos da Prefeitura,
44 que é chamado o Gestor para explicar sobre o assunto e o que está acontecendo, e que estes
45 são os processos regimentais do conselho, e diz que será levada em conta a fala do
46 conselheiro, e que acha importante salientar que foi perdido mais 01 (um) ortopedista. O
47 conselheiro José dos Passos Neto diz que participou de 03 (três) reuniões na semana
48 anterior, referentes aos hospitais e consórcios, e cita a primeira sendo a do QualiCis
49 (Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde), que são 03
50 (três) horas de reunião, onde são avaliados muitos pontos das consultas médicas nas
51 especialidades, cita que o consórcio começou a funcionar, e que a avaliação ocorre a cada 06
52 (seis) meses, no caso de janeiro a junho, que foram apresentados dados de consultas, pois
53 agora o município está tendo respaldo de compra, já que colocou o dinheiro para compra
54 dessas consultas, e cita que dos 02 (dois) anos que vem participando das reuniões do
55 QualiCis, não se avaliava nada, pois o consórcio não conseguia fazer a licitação de 01 (uma)
56 empresa; a segunda reunião da qual participou foi a do HospSUS do Hospital Bom Jesus
57 (Programa de Apoio e Qualificação dos Hospitais Públicos e Filantrópicos que atendem o
58 SUS), onde cita se assemelhar à avaliação do consórcio, e informa que conseguiram atingir
59 as suas metas e objetivos, qualidade, Comissão de Infecção Hospitalar, Comissão de
60 Comunidade Terapêutica e Licença Sanitária são informações que gerarão um valor
61 financeiro. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta questiona se conseguiram receber o
62 valor integral, e o conselheiro informa que conseguiram quase a totalidade; e a terceira
63 reunião sendo a do POA (Plano Operativo Assistencial), que está relacionado ao que foi

64 realizado, como: consultas, cirurgias, UTI, etc, e ressalta ser o primeiro mês que o hospital
65 recebeu o valor da ortopedia, então o valor foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para R\$
66 900.000,00 (novecentos mil reais). A sra Cláudia Ap^a de Lara Martins diz que o hospital
67 começou a atender entre o final de outubro e o começo de novembro do ano anterior, o
68 conselheiro cita que só foi assinado o convênio em maio e agora está recebendo o valor de
69 junho, e a Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta cita que não havia contrato, relata que em
70 junho tinha R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) em estoque, e em agosto o hospital
71 fechou com R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em material de estoque. A Presidente
72 ressalta que essa ação do Hospital Bom Jesus, da assinatura do contrato da ortopedia e todos
73 os processos que a instituição passou nos últimos tempos, que antecederam a nova gestão
74 do hospital, teve a atuação firme do conselho, prossegue a fala informando que foram feitas
75 várias visitas nas UBS's, mas que o conselheiro Luís Pereira dos Santos chamará a reunião
76 da sua comissão para apresentar o relatório para o Pleno. Relata também que os crachás que
77 estão sendo utilizados foram confeccionados manualmente pelo conselho, reaproveitando os
78 utilizados na Conferência de Saúde Mental, e que foi solicitado ao município crachás para o
79 conselho, pois possuem orçamento para isso, mas os pedidos foram cansativos, e como
80 agora os funcionários das UBS's foram instruídos a pedir identificação (cita não ver problema
81 nenhum nisso). O conselheiro José Timóteo Vasconcellos Sobrinho diz que conforme todas
82 essas solicitações que foram feitas para a Gestão que o conselho necessita, e não foram
83 atendidas, seria ideal fazer uma coletânea de tudo e levar no Ministério Público. A Presidente
84 Gizelle Aparecida Cheremeta fala que irá ser feito, e comenta que foi pedido ao município
85 capacitação reiteradamente, Coffee Break, e várias outras coisas que o conselho está
86 esperando e protocolando, e que agora o conselho não pedirá mais, e sim relatará, pontuará e
87 apresentará ao Ministério Público, e cita como se procederá com relação aos crachás, informa
88 que eles ficarão sob a segurança da Secretaria do conselho, sendo que nenhum conselheiro
89 (a) levará o seu respectivo crachá para sua residência, e quando forem realizar visitas a
90 Secretaria do conselho, através de seus funcionários, liberarão os crachás, e posteriormente
91 após seu uso ele retornará para a Secretaria do conselho, explica que essas medidas são
92 para impedir que os crachás se extraviem ou sejam perdidos, e alguém que não seja membro
93 do conselho adentre algum espaço público de saúde em nome do conselho (a conselheira
94 Rosângela Rigoni diz que na conversa que tiveram com o Ministério Público, o próprio os
95 orientou de levar a documentação, já que os órgãos públicos que conhecem os (as)
96 conselheiros (as) não os consideram, prossegue e relata que é uma Lei que todo funcionário
97 público deve atuar com identificação, e que como o município também não está cumprindo
98 esta lei, e é um direito do conselheiro (a) solicitar a identificação do funcionário, e como não a
99 há, também será levado em relato ao Ministério Público. A conselheira Rosângela Rigoni diz
100 que acham que eles solicitam o Coffee Break por ser algo supérfluo, mas que não é, pois
101 muitos dos que estão na reunião acabaram de sair do trabalho, e também que todos que
102 estão ali são voluntários, e então é justo, já que estão dentro de um Conselho Municipal de
103 Saúde, dar o mínimo possível para a saúde deles. O conselheiro José Timóteo Vasconcellos
104 Sobrinho diz que na Gestão anterior, e outras antes dela tiveram Coffee Break, e que o
105 problema é essa Gestão atual. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta informa que
106 segundo a Prefeitura é por causa de um problema licitatório, e também informa que o
107 conselho foi novamente procurado pelo Ministério Público, pois o mesmo está pedindo que o
108 conselho faça apontamentos das deficiências do sistema, e determinando que, de agora em
109 diante será dada publicidade aos atos do conselho, e cita a imprensa, e que serão dadas
110 coletivas, e os conselheiros (as) falarão em nomes das suas comissões e apontarão onde
111 estão os problemas da saúde pública de Ponta Grossa, e que o conselho não trabalha sem
112 documentação, nem com achismos, trabalham documentados com o que vem da própria
113 Gestão, prossegue sua fala e cita que estão presentes representantes do Hospital Bom Jesus
114 e da Campanha Maio Furta-cor, respectivamente os seguintes Pontos de Pauta: **4. Ordem do**
115 **dia. 4.1. Hospital Bom Jesus - Apresentação e prestação de contas referente a**
116 **aquisição de materiais permanentes. 4.3. Apresentação sobre a campanha Maio Furta-**
117 **cor.), e pede a Inversão de Pauta para que a representante da Campanha Maio Furta-cor faça**
118 **sua apresentação sobre o Projeto, antes da apresentação do Hospital Bom Jesus (não**
119 **havendo manifestações contrárias por parte dos (as) conselheiros (as), e nem por parte da**
120 **representante do Hospital Bom Jesus, cedeu-se a palavra a Senhora Juliane Gibala Carrico,**
121 **representante da Campanha Maio Furta-cor). 4. Ordem do dia. 4.3. Apresentação sobre a**
122 **campanha Maio Furta-cor.** A Senhora Juliane Gibala Carrico saúda a todos e se apresenta
123 como a representante Nacional da Campanha Maio Furta-cor; informa que esta campanha foi
124 trazida pela primeira vez para Ponta Grossa e atua em prol da saúde mental materna, sendo
125 que o objetivo da campanha não é tratamento, mas dar visibilidade para este tema, e que
126 ocorre a nível nacional, desde o início da pandemia, pois houve um agravamento em questões

127 psicológicas das mães, e discorre que em dados em nível nacional se tem que 01 (uma) a
128 cada 04 (quatro) mulheres possuem depressão pós-parto, e é o mesmo índice de mulheres
129 que sofrem violência obstétrica, e que 50% (cinquenta por cento) das mulheres perdem seu
130 emprego após virarem mães, e que a quantidade de mortes por agravamento de questões de
131 depressão pós-parto aumentou muito acima da meta proposta por organizações de saúde em
132 nível mundial, e que então 02 (duas) mulheres de Curitiba, 01 (uma) psicóloga e 01 (um)
133 psiquiatra criaram essa campanha para dar visibilidade ao tema, e fizeram uma convocatória
134 não só a nível de Brasil, mas também para que brasileiros que estivessem fora do país
135 pudessem se juntar à campanha, e que 01 (uma) das ideias era de que se tornasse um 01
136 (um) Projeto de Lei apresentado ao Legislativo, para atender como incentivo à saúde mental
137 materna, como há o Outubro Rosa e o Novembro Azul, e como no presente mês é o Agosto
138 Lilás, e cita que a partir do próximo ano tenha esse mesmo incentivo, com Lei e sancionado
139 pela Prefeita, relata que fizeram 01 (uma) audiência pública e diversas ações, todas as
140 representantes, são em 06 (seis) atualmente, sendo que só 01 (uma) delas não é mãe, e que
141 acabaram ficando sobrecarregadas, dessa forma procuraram ajuda da Fundação Municipal de
142 Saúde (FMS), que explicou que como é previsto no ano anterior as pautas, esse ano não
143 poderia ser feito nada, nem divulgar internamente, pois foi pedido que pelo menos fosse
144 divulgado internamente entre os funcionários, para quem pudesse ajudar de forma voluntária,
145 por conta própria, mas isso não ocorreu, então fizeram a organização individual, e foram atrás
146 de patrocínio para impressão do material de campanha, e ainda foi agendada reunião com a
147 secretária onde foi apresentada a ela a última ação da campanha, que foi uma Audiência
148 Pública com algumas demandas para serem debatidas dentro da Fundação Municipal de
149 Saúde (FMS) com relação a esse tema, em como ter um recorte específico dentro da saúde
150 mental materna, aumentar a demanda de funcionários (psicólogos nas UBS's) e também
151 sugeriram um plano de combate a violência obstétrica, pois é uma forma preventiva de evitar
152 a depressão pós-parto, e além disso um Pré-natal psicológico, e ao retorno dessa reunião
153 apresentou-se à Fundação Municipal de Saúde, (cita a Juliane) essas demandas, e solicitou-
154 se dados referentes e qual o número de mulheres em Ponta Grossa que sofrem violência
155 obstétrica, depressão pós-parto etc, mas diz que esses dados e levantamento não existem, e
156 que terão que partir disso para saber o que fazer ou não fazer, e cita que ela trabalha na
157 ponta das UBS's, sendo usuária da mesma, e relata que faz uso do SUS, cita que há também
158 há a proposta de estratificação chamada Escala de Edimburgo, e a partir disso a equipe
159 direciona para um tratamento psicológico, e que o papel da campanha é que esse tema
160 receba visibilidade, e quem direcionará para tratamento ou não é o pessoal responsável;
161 relata que propuseram a estrafricação, mas informaram que deveria vir da SESA, pois o
162 município não pode implementar isso sem o Estado, e acredita que o primeiro passo é
163 informar as pessoas que existe essa opção e pode-se trabalhar de forma preventiva na saúde
164 mental. A conselheira Rosângela Rigoni questiona o que se enquadra em violência obstétrica.
165 A Sra Juliane Gibala Carrico diz que há denúncias de violência obstétrica, e muitas não
166 denunciam, e como ela atende gestantes, sabe-se que isso acontece, e relata que houve 01
167 (uma) denúncia da Santa Casa que foi para o Ministério Público, e que além dessa situação
168 há outras mulheres que estão procurando o Ministério Público para relatar o que acontece, diz
169 ainda que foi apresentado à Prefeitura um plano de combate a violência obstétrica, mas que
170 foi negado (a Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta questiona o motivo disto), pois foi dito
171 que os funcionários das UBS's já fazem isso, mas que na isso não acontece, e que não é feito
172 um trabalho específico de informar as mulheres o que é violência obstétrica ou não, e que se
173 houve da Atenção Primária que é dado treinamento para todo o pessoal das UBS's, mas que
174 se vê que o treinamento dado não chega até a população, pois entra o lado pessoal de cada
175 indivíduo e no que cada um acredita, e explica que não está dizendo que os funcionários não
176 estão fazendo o melhor que podem, mas que precisa de atenção, como de haver psicólogos e
177 assistentes sociais dentro das UBS's, e relata que há às residentes de psicologia de saúde
178 mental materna de equipe "multi", e que fazem um trabalho circular, mas é preciso
179 profissionais que atendam a demanda de cada UBS. A Presidente Gizelle Aparecida
180 Cheremeta diz que irá pedir ao coordenador da Comissão de Saúde e da Comissão de
181 Atenção Primária, Fiscalização e Denúncia, que na próxima reunião façam a chamada e
182 incluam a Sra Juliane Gibala Carrico para ampliar esse debate, e faz uma sugestão, cita que o
183 conselho possui um orçamento, e que como acha esse tema muito urgente, e que se é
184 material de divulgação que necessitam o conselho pode ajudar (especifica que podem dispor
185 de muitas coisas), pede que seja feito o levantamento de quanto iria se precisar. A Senhora
186 Juliane Gibala Carrico faz um breve relato de que na Santa Casa ainda necessita-se da
187 autorização do marido para a mulher fazer laqueadura, e cita que há uma nova lei de
188 laqueadura que dispensa essa autorização. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta fala
189 para que fique registrado que o Conselho Municipal de Saúde mande 01 (uma) circular para

190 todos os espaços de saúde do município pedindo a divulgação dessa lei, e também da Lei do
191 Parto Adequado e a Lei contra a Violência Obstétrica, e que se faça publicar em todos os
192 espaços de saúde como determinação do Conselho Municipal de Saúde, e se direciona a
193 representante da Campanha Maio Furta-cor, dizendo que não pode falar que é uma equipe
194 toda que toma essas providências, pois às vezes são profissionais, e que quando a instituição
195 recebe um respaldo deste, até mesmo do conselho fica mais fácil, e que a instituição já
196 deveria ter tomado suas providências, mas que o conselho reforçará isso. A Sra Juliane
197 Gibala Carrico relata que em Ponta Grossa não há laqueadura para parto normal, e para que
198 a pessoa faça isso deve ir para Campo Largo, e diz que é bem burocrático, pois conversam
199 com a Atenção Primária, que direciona para o Regional, e este diz para ver com a Atenção
200 Primária, e que nem se sabe o protocolo certo de fluxo para mulheres que decidem fazer a
201 laqueadora por parto normal, e o que mais ouviu é de que deve-se partir de um convênio com
202 o Regional. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta diz que irão pedir documentações com
203 relação a esse tema, e constatando haver quórum volta ao primeiro Ponto da Pauta. **1.**
204 **Leitura e Aprovação da ata: 13ª Ata da reunião ordinária.** A Presidente Gizelle Aparecida
205 Cheremeta abre Votação para Aprovação da 13ª Ata da reunião ordinária. O conselheiro
206 Sérgio Ferreira Doszanet faz um adendo, diz que na linha 112 (cento e doze), onde é
207 colocada a solicitação de Órteses e Próteses, relatando que deseja a resposta da secretaria.
208 A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta diz que no dia seguinte será reiterado o pedido. O
209 conselheiro Sérgio Ferreira Doszanet cita a linha 130 (cento e trinta) e 133 (cento e trinta e
210 três) que foi colocado referente ao Protocolo de Atendimento nas Unidades de Saúde, e não
211 ouviu sobre alguma resposta da secretaria. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta diz que
212 estão fazendo as visitas em todas as Unidades de Saúde e que já estão fechando o relatório
213 de unidade por unidade, e assim que os relatórios forem fechados o conselheiro Luís Pereira
214 dos Santos irá convocar a reunião da comissão, e então farão os apontamentos, e que
215 provavelmente terão que chamar o município 01 (um) TAC de todos os Protocolos, como o de
216 Saúde Mental, Fluxo de Atendimento, para regulamentar isso em todas as Unidades de
217 Saúde, e que fica registrado que o que foi para a Ata de pedido de acompanhamento foi feito.
218 A Ata foi aprovada por todos os presentes. **4.1. Hospital Bom Jesus - Apresentação e**
219 **prestação de contas referente a aquisição de materiais permanentes.** A Sra Cláudia Ap^a
220 de Lara Martins cumprimenta a todos e informa que trabalha no hospital há 23 (vinte e três)
221 anos, é assistente social, e está no setor de responsabilidade social, veio agradecer o apoio
222 do conselho para conseguir receber os valores represados na SESA, e que cita os valores
223 ajudaram muito, prossegue falando que esse convênio, é um convênio que o hospital possui
224 com o Fundo Nacional de Saúde, portanto é Federal (Convênio 918026/2021), e que foi
225 destinado ao hospital pelo Deputado Federal Aliel Machado, e que seu valor é de R\$
226 362.286,11 (trezentos e sessenta e dois mil reais duzentos e oitenta e seis reais e onze
227 centavos), e que teve por objetivo adquirir alguns equipamentos, pois o hospital está com
228 muitos equipamentos sucateados, e que desde 2020 (dois mil e vinte) que entrou no setor que
229 atua foram mapeando e procurando recursos para melhorar a infraestrutura tecnológica do
230 hospital, senão não teriam como atender a comunidade de forma eficaz e com qualidade, e
231 relata que foi feita a tomada de preços a licitação, todo o processo burocrático, sendo a
232 empresa vencedora a Strike do Brasil, que forneceu ao hospital 01 (um) craniotomo e 01
233 (uma) serra perfuradora drill, estes equipamentos sendo utilizados para cirurgias de crânio, e
234 o segundo auxiliando na ortopedia, e agora que o hospital está atendendo média
235 complexidade de ortopedia este equipamento será muito útil, sendo comprado 01 (um)
236 equipamento, o valor sendo de R\$ 197.650,11 (cento e noventa e sete mil seiscentos e
237 cinquenta reais e onze centavos), estando alocado no centro cirúrgico disponível para os
238 pacientes, além desses foram adquiridos com esse recurso, a partir da empresa vencedora,
239 RC Móveis Produtos Hospitalares, 02 (duas) macas de transporte, ficando 01 (uma) no Centro
240 Cirúrgico e 01 (uma) na UTI Geral, que é onde pode-se ficar em observação, pois é mais
241 confortável, dessa mesma empresa foram adquiridas 02 (duas) camas hospitalares com faveler
242 elétrica, pois 01 (uma) de suas metas é de que todas as camas do hospital, do Sistema Único
243 de Saúde, sejam elétricas, não só pelo conforto mas também pela segurança, e que então
244 com essa verba conseguiu 02 (duas) camas, e com o outro convênio que virá apresentar ao
245 conselho no presente ano, vão ter mais 07 (sete) camas, além das que estão adquirindo, o
246 que resultará em mais de 100 (cem) camas, e informa que cada uma custou R\$ 9.000 (nove
247 mil reais), sendo o total R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), alocados no segundo B, na área
248 clínica, a partir da empresa MA Monteiro, obtiveram 02 (dois) monitores multi paramédicos,
249 que são os monitores que ficam no centro cirúrgico, monitores muito importantes pra um
250 hospital, revitalizando o centro cirúrgico, cada um com valor de R\$ 62.900,00 (sessenta e dois
251 mil e novecentos reais), totalizando R\$ 125.800,00 (cento e vinte e cinco mil e oitocentos
252 reais), e para o Centro Cirúrgico venceu a empresa BGF Comercial, e obtiveram 04 (quatro)

253 mesas de maio, são as mesas para colocar os instrumentos do médico, e 04 (quatro) mesas
254 auxiliares para procedimentos, os valores são respectivamente R\$ 415,00 (quatrocentos e
255 quinze reais) cada, ao total R\$ 1.650,00 (mil seiscientos e cinquenta reais), e das outras R\$
256 534,00 (quinhentos e trinta e quatro reais) cada, custando ao total R\$ 2.136,00 (dois mil cento
257 e trinta e seis reais), sendo que todas estão sendo utilizadas no centro cirúrgico do hospital, e
258 diz que esses equipamentos já estão sendo utilizados pelos pacientes do Sistema Único de
259 Saúde, continua e fala que como sabem o Hospital Bom Jesus está sob uma nova gestão
260 administrativa, e que não foi vendido, havendo uma cooperação técnica, e quem está fazendo
261 a administração agora é um grupo da Santa Casa de Curitiba, com técnicos ajudando a
262 revitalizar o hospital, cita que estão reestruturando vários processos do hospital, e acredita
263 que acontecerão coisas muito boas, sendo que a questão da UPA dificulta bastante o
264 atendimento, travando muitas coisas, fala das Unidades Básicas onde há falta de assistentes
265 sociais e psicólogos, sendo profissionais imprescindíveis nas Unidades de Saúde. A
266 Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta diz que chegou 01 (uma) notificação do Hospital
267 Bom Jesus, às 18h30, de que novamente estão com o PA fechado, pois estão
268 sobrecarregados, e questiona a Sra Cláudia sobre o que está ocasionando esse tipo de
269 problema que é recorrente, pois pelo menos 03 (três) vezes por semana ouve-se falar que o
270 PA fechou e que isso é preocupante. A Sra Cláudia responde que é por conta da
271 superlotação. A Presidente Gizelle questiona a superlotação, e imagina 01 (uma) situação
272 onde se tem 01 (um) PA que de 03 (três) em 03 (três) dias ou de 04 (quatro) em 04 (quatro)
273 dias superlota, e o que vem a mente é que ocorreu um acidente ou várias pessoas ficaram
274 doentes de repente, prossegue e questiona o que ocasiona esse tipo de superlotação no PA,
275 o que leva esse PA a viver sobrecarregado. A Sra Cláudia responde que no hospital acontece
276 de chegar pessoas infartadas, acidentes e além das UPAs estarem enviando bastante
277 pacientes. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta pergunta se são por ajuizamento. A Sra
278 Cláudia responde que não sabia informar esse caso específico no momento, mas que poderia
279 averiguar e retornar a informação para o conselho, e informa que o hospital na emergência
280 possui os leitos simples/de observação e os leitos que possuem monitor, respirador para dar
281 suporte de UTI nos casos graves que chegam e que não há vaga na UTI, e que tem que
282 aguardar liberar 01 (um) leito, então o paciente não fica algumas horas esperando, e sim 02
283 (dois) ou 03 (três) dias na emergência até liberar alguma vaga na UTI, ocasionando que o leito
284 seja travado. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta diz que gostaria de saber se quando
285 01 (um) paciente sai de 01 (uma) das portas de urgência, com pedido de leito de UTI, e por
286 uma questão legal e ajuizamento, vai parar em uma porta hospitalar, e que não possuem UTI,
287 essa pessoa fica no PA, ele receberá o mesmo suporte de atendimento que estaria recebendo
288 no PA de urgência ou não, e diz que o que está perguntando é se o suporte de atendimento
289 como respirador, aparelhos e tudo mais, é o mesmo que há dentro desse espaço que ele
290 estava ou dentro do PA de 01 (um) hospital o paciente está mais seguro. A Sra Cláudia diz
291 que 01 (uma) Unidade de Terapia Intensiva há 01 (um) médico, enfermagem 24 (vinte e
292 quatro) horas e o equipamento, como respirador e monitor cardíaco, basicamente isso em 01
293 (uma) UTI, e o que acontece é que no Hospital Bom Jesus, e acredita que na Santa Casa
294 também, há alguns leitos adequados, que seria o que é chamado de semi-uti, para esses
295 casos gravíssimos, para dar o suporte, mas que não é adequado por conta do fluxo, mas no
296 Hospital Bom Jesus, por exemplo, eles separaram para tentar criar a condição técnica
297 aceitável para atender esses pacientes, há o médico 24 (vinte e quatro) horas e a
298 enfermagem presente, mas que não seria o adequado, pois ali são para poucas horas e não
299 dias, e quando se recebe 01 (um) paciente muito grave e tem que se atender, e não há leito
300 na UTI, tem que alocar na emergência, mas travará o fluxo de atendimentos. A Presidente
301 Gizelle Aparecida Cheremeta informa que é de conhecimento que o Hospital Bom Jesus fez
302 novas pactuações de atendimento, como com a ortopedia, que está com um contrato, e que
303 começarão a fornecer, pelo que parece, para o Estado do Paraná, e para que a reunião não
304 se estenda demais, pede permissão aos (as) conselheiros (as) que envie isso por escrito ao
305 hospital, para que o mesmo os responda, sobre o que foi pactuado com o Estado, quais
306 atendimentos o hospital virá a oferecer, o que será ampliado de atendimento (o conselheiro
307 José dos Passos Neto cita o número de leitos), e quando chegarem no conselho essas
308 informações serão encaminhadas aos (as) conselheiros (as), e caso haja algum
309 questionamento que os mesmos queiram fazer ou que o hospital retorne para fazer 01 (uma)
310 apresentação que se manifestem. A Sra Cláudia Ap^a de Lara Martins concluiu dizendo que na
311 reunião presente não compareceu nenhum membro da nova Direção, justamente porque
312 estão em Curitiba, em reunião com a SESA, cita que a região está expandindo, as empresas
313 estão vindo, a comunidade está crescendo, e os leitos hospitalares não estão aumentando na
314 região, sendo esse um ponto sério, pois isso vai se tornar uma constante e uma "bola de
315 neve", e que para mudar esse cenário deve ser feita uma reorganização de fluxo, e também o

316 aumento do número de leitos, e se for o caso, a readequação desses leitos. A Presidente
317 Gizelle Aparecida Cheremeta informa que o conselho fez uma solicitação a secretaria SESA,
318 há algum tempo, e cita não ter chegado a resposta, também relata que está havendo esse
319 problema de comunicação com a mesma, onde foi perguntado quantos leitos temos
320 disponíveis no município e o valor de cada AIH disponibilizada, pois viram em um estudo
321 (explica que não falará um valor exato, para não incorrer num erro, e em seguida faz um
322 exemplo), Ex.: 01 (uma) cidade no Paraná com especialidade, "em cardio", e pagam R\$
323 5.000,00 (cinco mil reais) por AIH e há cidades onde pagam R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e diz
324 não entender isso, porque 01 (uma) instituição recebe um valor e outra recebe outro valor,
325 citando haver uma discrepância nisso. A conselheira Simone Monçalves diz que não, e que as
326 AIH são pelo código de procedimento, e que dependendo do procedimento que vai na AIH se
327 recebe por aquele porte. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta diz que foi feita 01 (uma)
328 paginação de todo o Estado do Paraná, inclusive junto com o Hospital Bom Jesus, e que foi
329 visto a discrepância de valores e que ela existe. A conselheira Simone Monçalves informa que
330 "o nosso" não é assim, eles recebem um valor sobre as médias, e as altas não existe um teto,
331 sendo que então podem atenderem o quanto quiserem. A Presidente Gizelle Aparecida
332 Cheremeta diz que entende em questão de quantitativo, mas que gostaria de saber os valores
333 unitários por AIH, que foi solicitado ao Estado uma explicação a respeito disto, o motivo desta
334 diferença, mas que não obtiveram essa resposta, informando que o pedido será reiterado. A
335 conselheira Simone Monçalves informa que a Santa Casa está assumindo a hemodiálise de
336 Castro, então todos os pacientes de lá estão vindo para a cá, são 50 (cinquenta) pacientes a
337 mais por turno, dizendo que colocaram mais pontos de hemodiálise na PRS, e que não pode
338 dar certeza, mas tudo está se encaminhando para assumirem além da hemodiálise de Castro,
339 para poder atender Telêmaco Borba, e prossegue falando que o Estado está se preocupando
340 e se organizando. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta retrata que isso é muito
341 interessante, e que para uma próxima Reunião do Pleno podem pedir essa apresentação do
342 Hospital Santa Casa. A conselheira Rosângela Rigoni se pronuncia e indaga se em Telêmaco
343 Borba não é outra Regional. A conselheira Simone Monçalves relata que atendem a 4ª, 21ª e
344 a 3ª Regional, tendo muitas especialidades que Telêmaco Borba faz parte. A conselheira
345 Rosângela Rigoni diz que por vezes fazem pedidos, com relação há alguns municípios de
346 alguns usuários, e que respondem que não se resolve com eles, pois não pertence a
347 Regional. A conselheira Simone Monçalves retrata que é recebido "vascular" de Telêmaco
348 Borba, inclusive para consultas. O conselheiro Sérgio Ferreira Doszanet parabeniza o hospital
349 bom Jesus, pois relata que foi muito bem atendido quando esteve na UTI. Encerra-se a
350 Apresentação realizada pela Sra Claudia. **4.2. Criação da Comissão do Trabalhador (a).** A
351 Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta informa que o conselheiro Luís Pereira dos Santos
352 trouxe a criação de uma nova Comissão do Trabalhador para este conselho (durante a fala
353 pede a dilação de mais 20 minutos para a reunião), antes de passar para o conselheiro
354 supracitado comenta que o Sr Alexandre Basso está participando da reunião, pois estão com
355 um problema com as entidades, e cita que no ano anterior havia sido feita 01 (uma) resolução
356 no conselho por causa da entidade APAE, para estender o prazo de entrega de documentos,
357 pois eles não estavam entregando documentações, por contas das entidades ainda estarem
358 no sistema de Covid, estando tudo muito perdido, sendo que esse prazo foi dilatado até 31
359 (trinta e um) de dezembro, mas que isso só valia para o ano de 2022 (dois mil e vinte e dois),
360 e o Regimento diz que as entidades possuem 01 (um) prazo para apresentarem as
361 documentações, o qual vai até 31 (trinta e um) de agosto, só que possuem 02 (dois)
362 problemas que foram levantados com o Sr Alexandre, pois há o repasse normal do município,
363 que o mesmo faz para as entidades e as verbas impositivas, e comenta que explicou ao Sr
364 Alexandre, que de qualquer forma, é preciso que as entidades estejam com todos os
365 documentos em ordem, para a Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos realizar a
366 votação, e informa que pediu para o mesmo estivesse no conselho para explicar a todos como
367 funciona esse sistema, e que não há a necessidade de se tomar alguma decisão no Pleno
368 naquele dia, e que de qualquer forma irá para a comissão, onde a mesma irá tomar a sua
369 decisão final e que trará ao Pleno sua resolução. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta
370 explica que eles possuem uma data limite para essas verbas impositivas. O Sr Alexandre
371 Costa Basso diz que será breve, e que uma questão importante é a diferença entre emendas
372 impositivas e os convênios, os quais existem com as entidades sem fins lucrativos, e explica
373 que as emendas impositivas são recursos destinados pelos vereadores, especificadamente
374 para aquelas entidades, onde os próprios vereadores já dizem, ou não muitas vezes, para o
375 que aquela entidade irá aplicar, vindo especificadamente no projeto do vereador, e cabendo a
376 entidade fazer depois essa aplicação, e apresentar para a Fundação Municipal de Saúde, e
377 cita que como dito pela Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta, em agosto do ano passado
378 havia sido feita uma lei que regulamenta esse repasse para as entidades sem fins lucrativos, e

379 que nessa lei é falado que o Conselho precisa aprovar esse Plano de Aplicação elaborado
380 pela própria instituição, havendo projetos que estão há quase 02 (dois) meses para a
381 aprovação do conselho, em resumo diz que emendas impositivas são verbas já destinadas
382 pelos vereadores, uma fatia dos seus orçamentos próprios, com um destino específico para
383 aquele objeto, para aquela entidade, e que há uma lista de itens que eles podem comprar,
384 como material permanente, material de expediente, reformas e serviços que venham
385 incrementar temporariamente, no caso a entidade fará um mutirão de algum atendimento,
386 mais especificamente naquele ano, tendo essas verbas para serem repassadas/gastas até o
387 final desse exercício (31/12), onde muitas delas possuem obras, e que se atrasar muito mais
388 não vão conseguir, cita que a própria lei fala que para casos esporádicos pode ser
389 ultrapassado para o próximo exercício, e isso são verbas de emendas impositivas. A
390 conselheira questiona se são rubricadas, que vem carimbadas com o destino correto. O Sr
391 Alexandre Costa Basso diz que sim, elas já vem para aquela entidade para aquele objeto,
392 sendo carimbada e não conseguindo sair fora daquilo. O conselheiro José dos Passos Neto
393 diz que algumas já foram apresentadas ali. O Sr Alexandre fala que sim, algumas já foram
394 apresentadas, e informa que eles já estão aptos para receber a verba, na sequência explica
395 que os convênios padrões são repasses de recursos para as entidades, um exemplo são as
396 entidades que pagam a folha de salário do pessoal, em contrapartida oferecem algum tipo de
397 atendimento para o município, e cita algumas entidades como: APROAUT, APACD e
398 Renascer, e que repassam esses recursos dados os "gargalos" que a saúde possui, por isso é
399 feito esse estudo para saber quais são esses "gargalos" e quais objetos tem essa
400 necessidade de contratualizar, e complementa que como conversou com a Presidente Gizelle
401 Aparecida Cheremeta, algo que deve ficar claro, é o que é emenda impositiva, o que é
402 convênio e o que é termo de colaboração, esclarece que toda a documentação que analisam
403 (cita não saber se é a mesma que irão analisar para a inscrição no CMS) são as estipuladas
404 pela Lei 13.019 (treze mil e dezenove), e que sem essa documentação o parecer jurídico não
405 é favorável, então toda a documentação é analisada pela Fundação Municipal de Saúde, e
406 também pelo Procurador, e se houver alguma documentação faltando, esse recurso não
407 poderá ser repassado para a entidade, diz também que há muitas dúvidas das entidades,
408 como a de terem enviado o Plano, mas não ter sido aprovado, mesmo possuindo a inscrição
409 válida no CMS, sendo válida até 31/12, e que foi relatado a ele pela Presidente que ocorre
410 esta divergência devido a essa documentação, que possivelmente era solicitada antes
411 acontecer aprovação do Plano, mas diz que, em sua visão, talvez essas análises possam ser
412 feitas em momentos diferentes, porque essas entidades já estão com dinheiro apto, com tudo
413 certo, com o Plano feito, precisando da aprovação do Conselho, e sugere uma próxima
414 reunião para colocar quais são as dúvidas, dificuldades e necessidades nesse período para
415 gastar o recurso, pois há esse espaço de tempo. Também cita que a lei foi criada em agosto
416 do ano passado, sendo essa a segunda vez que fazem este repasse para as entidades. O
417 conselheiro Sérgio Ferreira Doszanet aponta um detalhe, que acredita ser por isso que o
418 assunto deveria estar na comissão, pois quando a comissão aprova e vai para o Pleno, vem
419 um estudo com o Parecer, pois na comissão saberão quais entidades estão realmente
420 precisando, quais estão em atraso ou não, se a documentação estiver toda em ordem na
421 comissão é automaticamente verificado tudo isso, e quando vem para o Pleno, o mesmo está
422 mais ciente para aprovação, e que o que o Senhor Alexandre Costa Basso está dizendo tem
423 que ser colocado na comissão, para ela dar o Parecer, pois sem o mesmo não há como
424 colocar em Pauta. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta expõe que explicou isto ao sr
425 Alexandre, e que só pediu para ele vir explicar a diferença dessas emendas impositivas, o
426 porque da pressa e tudo mais. O conselheiro Sérgio Ferreira Doszanet pede para citar
427 novamente as leis que foram citadas na apresentação. O Senhor Alexandre Costa Basso
428 responde que são a Lei 13.019 (treze mil e dezenove) e a Lei Municipal 4.370 (quatro mil
429 trezentos e setenta), sendo esta que autoriza esse repasse para entidades sem fins lucrativos,
430 observa que as entidades fazem as compras, as obras, e a prestação de contas acontece
431 igual a dos convênios, direto ao Tribunal de Contas, e passa pelo aval da Controladoria do
432 Município e da Fundação Municipal de Saúde. O conselheiro Sérgio Ferreira Doszanet diz que
433 este é o ponto, pois quando passa para o Tribunal de Contas e todos os outros, se a comissão
434 não aprovar e não entrar no Pleno, quem fica responsável é o conselho, e aponta que já
435 houve várias situações, anos atrás, por conta disso, porque quando a comissão não aprovava,
436 depois dava junto ao Ministério Público, é isso deve ser evitado; está no Regimento Interno,
437 passa pela comissão, e a mesma dá o parecer, e reforça que deverá passar pela comissão. A
438 Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta explana que é a questão da legalidade regimental, e
439 que o assunto irá para a comissão, e que pediu para o Senhor Alexandre Costa Basso
440 levantasse as entidades que possuem verba impositiva, e informa que, ao chegar essa
441 informação, será encaminhada à comissão, e cita que devem chamar a atenção do conselho

442 pelo seguinte: a comissão para onde vão essas documentações é a Comissão de
443 Orçamentos, Programas e Projetos, que infelizmente não está convocando reuniões, e que
444 isso é falha deste Conselho, cita também que o responsável é o conselheiro Luiz Fernando
445 Pereira dos Santos, e relata que no dia anterior à reunião ligou para ele onde informou que
446 uma reunião da comissão deveria ser convocada o mais rápido possível; que caso a reunião
447 não for chamada para essa semana irão trocar o coordenador da comissão, e o que não pode
448 permitir, nem a mesa, é que alguém seja prejudicado pela morosidade do trabalho deles, pois
449 possuem todo o direito de não aprovar algo, desde que respeitem essas instituições, e que
450 pedirá no dia seguinte para que chamem essa reunião, na qual farão a análise e então
451 retornaria ao Pleno e, caso necessário, será chamada Reunião Extraordinária para aprovação,
452 caso vejam que o prazo possa ser perdido (visto que alguns comentários foram feitos, a
453 Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta informa que chamará a comissão no dia seguinte,
454 para ainda naquela semana realizarem a reunião); antes que seguir a Pauta, levanta uma
455 questão, citando que as reuniões têm sido presenciais, explicando que sabe que a reunião
456 híbrida é muito mais confortável, mas diz sentir que as reuniões presenciais são mais
457 produtivas, e que também diz ser um desrespeito para as instituições que vem fazer
458 apresentações sem os (as) conselheiros (as) estarem presentes, e questiona se há alguém
459 que opõe veementemente que as reuniões continuem sendo presenciais. O conselheiro José
460 Timóteo Vasconcellos Sobrinho solicita a Inserção na Pauta, colocando-a em votação. A
461 Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta diz que está solicitando tal proposta, informando que
462 terá que revogar 01 (uma) Resolução feita no ano anterior, e questiona se os(as)
463 conselheiros(as) concordam com a revogação da Resolução de reuniões híbridas e a volta
464 das reuniões presenciais. Não houve nenhuma colocação ou oposição à proposta da
465 revogação da Resolução que autoriza as reuniões híbridas, e por unanimidade a proposta das
466 reuniões voltarem a ocorrer de maneira exclusivamente presencial foi aprovada. A Presidente
467 Gizelle Aparecida Cheremeta informa que o conselheiro Luís Pereira dos Santos sugeriu a
468 formação de uma nova comissão no conselho, que é de muita importância, a Comissão do(a)
469 Trabalhador(a); relata que estão fazendo visitas nas UBS's, onde observam o usuário, o
470 maquinário etc, mas cita que o conselho também precisa olhar para os trabalhadores da
471 saúde (os servidores). O conselheiro Luís Pereira dos Santos informa que esta comissão é
472 obrigatória, e que na reunião já havia sido pautada; lê uma cartilha a respeito do assunto:
473 "COMO CRIAR UMA CISTT? Por meio de uma resolução do conselho de saúde de cada
474 esfera de governo, que deve ser publicada em diário oficial, ou nos veículos de comunicação
475 disponíveis. A resolução é assinada pelo presidente do conselho de saúde e o gestor." "I.
476 Procure pautar no Pleno do Conselho de Saúde temas que demonstrem a necessidade de
477 acompanhamento das ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no seu território (o
478 qual novamente cita já ter ocorrido). II. Realize seminário ou alguma atividade de mobilização
479 e convide os representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras (sindicatos, centrais
480 sindicais, federações, confederações, associações, etc.) de seu território para apresentar a
481 importância de participar da CISTT"; cita também que envolve o Centro de Referência do
482 Trabalhador, o Cerest, dando um exemplo do observado em uma unidade de saúde, onde
483 havia 01 (um) trabalhador sentado, atendendo, mas que colocaram uma mureta na sua frente,
484 o impedindo de se movimentar direito (relata detalhadamente os problemas apontados nesse
485 caso); relata, exemplificando, que no seu ramo trabalha muito com frigoríficos, que uma norma
486 regulamentadora estabelece que nestes locais é obrigatória uma pausa para os trabalhadores,
487 explicando que é uma lei, e que caso a empresa não a cumpra responde na Justiça do
488 Trabalho, que deve haver, a cada 01 (uma) hora de trabalho, uma pausa de 10 (dez) minutos;
489 e que alguma norma deste tipo pode ser feita para os trabalhadores observados, porque de
490 tantos movimentos repetitivos que realizam, acabam se lesionando, ressaltando que foi
491 preciso criar uma norma para que as empresas aprendessem a respeitar os trabalhadores,
492 justificando assim a extrema importância da comissão, para que comecem a fazer esses
493 trabalhos importantes, que inclusive refletirá no SUS, e cita que em todas as visitas observou
494 que o Protocolo de Trabalho está "perdido", ou seja, existe o Protocolo de Segurança no
495 Trabalho, e fala como é o atendimento da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), e
496 explana que há uma diferença entre acidente de trabalho e auxílio doença; quando a
497 empresa lesiona o trabalhador, e o mesmo procura a Unidade Básica de Saúde e não é
498 encaminhado a CAT ao Ministério do Trabalho, nem ao Sindicato, o que acontece é que o
499 Sistema Único de Saúde paga a conta que é da empresa, e argumenta que isso está
500 acontecendo em Ponta Grossa, e acredita que no Estado inteiro, explanando que o SUS é
501 movimentado com o dinheiro dos impostos da população. A conselheira Rosângela Rigoni fala
502 que o servidor não possui uma boa qualidade de trabalho, acaba expressando isso no
503 atendimento aos usuários. O conselheiro José Timóteo Vasconcellos Sobrinho explana que
504 essa comissão não atende somente servidores municipais (sendo completado pela Presidente

505 Gizelle Aparecida Cheremeta que são todos os trabalhadores usuários do sistema). O
506 conselheiro Luís Pereira dos Santos diz que é de extrema importância a criação da comissão,
507 (além de obrigatória), sendo indiscutível. O conselheiro José Timóteo Vasconcellos Sobrinho
508 informa que será necessário nessa comissão 01 (um) representante do Ministério Público,
509 para orientar as atividades nos casos identificados. A Presidente Gizelle Aparecida
510 Cheremeta questiona se não seria o Ministério do Trabalho. O conselheiro Luís Pereira dos
511 Santos diz que sim, e faz observações a cerca do caso que citou anteriormente. O conselheiro
512 Sérgio Ferreira Doszanet cita que concorda que na comissão o Ministério Público, o Sindicato,
513 e os Servidores devem ter 01 (um) representante, mas que os hospitais também devem ter,
514 pois a harmonia deve haver em todos os lugares, não somente nas UBS's, explanando que
515 deveria ser no Estado inteiro, pois há a Comissão Estadual, e acrescenta que todas as
516 comissões tem que ser feitas resoluções no início do ano, e que essa comissão já devia estar
517 em andamento, porque todo o início de ano o conselho é obrigado a fazer a resolução de
518 todas as comissões, que isso está no Regimento Interno do conselho, e informa que
519 participará desta comissão. (Uma conselheira indaga se essa comissão é oriunda da
520 Conferência Municipal de Saúde, e foi informado pelo conselheiro José Timóteo Vasconcellos
521 Sobrinho que sim, concluído pela conselheira esse ser o motivo de ter chegado atrasada). O
522 conselheiro José Timóteo Vasconcellos Sobrinho relata que em conversas nas outras
523 Conferências, todos os conselhos presentes falavam desta comissão e que não podiam dizer
524 nada, e que então trouxe de Brasília os panfletos/revistas que estão no conselho, para lerem e
525 saberem que é obrigatório. A Presidente Gizelle Aparecida Cheremeta chama atenção para
526 algo, que acha maravilhoso que se abram comissões, e que acha que o conselho deveria ter
527 comissões para o acompanhamento de muitas coisas e pede que, organizada esta comissão,
528 que haja a efetiva participação dos(as) conselheiros(as); em seguida abre votação para a
529 aprovação da criação da Comissão do(a) Trabalhador(a). Não havendo manifestações
530 contrárias, a criação da comissão é aprovada. A Presidente informa que o conselho fará a
531 Resolução da criação da comissão. O conselheiro José Timóteo Vasconcellos Sobrinho diz
532 que conselheiros(as) que pertencem a Sindicatos são obrigados a participar. A Presidente
533 Gizelle Aparecida Cheremeta informa que no dia seguinte será enviado um comunicado ao
534 Sindicato dos Servidores Públicos, SINDSERV, Ministério do Trabalho (apontando ao
535 conselheiro Luís Pereira dos Santos a possibilidade de agendarem uma reunião com a
536 Promotoria do Trabalho, proposto pelo conselheiro José Timóteo Vasconcellos Sobrinho que
537 não há necessidade de ser a Promotoria do Trabalho, indicando que poderia ser a Estadual (o
538 Ministério Público) e também a OAB, e aproveita para dizer que gostaria de encerrar a reunião
539 com o coordenador desta comissão estabelecido. A conselheira Rosângela Rigoni ressalta
540 que como também serão chamados os sindicatos que fazem parte deste conselho para
541 participar, acha que é importante esperar pelos mesmos. A Presidente Gizelle Aparecida
542 Cheremeta diz que então será chamada uma reunião para montar a comissão, o mais rápido
543 possível, e encerra a reunião às 20 (vinte) horas e 06 (seis) minutos.